



ISSN: 2176-5960

Προμηθεύς

Journal of Philosophy

n. 41, Janeiro-Abril 23



AS FENÍCIAS:

**UMA ANÁLISE DA *PARRESÍA* E DA LIBERDADE A PARTIR DE
FOUCAULT**

THE PHOENICIANS:

AN ANALISYS OF PARRHESIA AND FREEDOM FROM FOUCAULT

Ana Lúcia Santos e Santos (PPGF/UFBA)

RESUMO: O presente texto busca problematizar a noção de parresía no âmbito da tragédia de Eurípides, *As Fenícias*, à luz do filósofo francês Michel Foucault. Para tanto, faremos um paralelo tomando a parresía como prática de liberdade. Trata-se de problematizar a produção de uma história dos diferentes processos de composição da subjetividade humana e da efetivação da prática de liberdade, ou seja, do sujeito moderno, que nos apresenta possibilidades para uma filosofia crítica – o momento em que o sujeito se dá o direito de interrogar os efeitos dos discursos de verdade pelo exercício do poder. Nessas condições, as técnicas de si se apresentam no formato de uma experiência de si que permite a construção de uma relação consigo a partir de exercícios regulares no governo de si e dos outros.

PALAVRAS-CHAVE: Parresía; Falar livremente; Foucault; Prática; Liberdade; Resistência; Poder; bell hooks.

ABSTRACT: This text seeks to problematize the notion of parrhesia in the context of Euripides tragedy, *The Phoenicians*, in the light of the French philosopher Michel Foucault. To do so, we will make a parallel taking parrhesia as a practice of freedom. It is about problematizing the production of a history of the different processes of composition of human subjectivity and the realization of the practice of freedom, that is, of the modern subject, which presents us with possibilities for a critical philosophy – the moment in which the subject gives himself the right to question the effects of discourses of truth through the exercise of power. Under these conditions, the techniques of the self are presented in the form of an experience of the self that allows the construction of a relationship with oneself based on regular exercises in governing oneself and others.

KEYWORDS: Parrhesia; Speak freely; Foucault; Practice; Freedom; Resistance; Power; bell hooks.

Introdução

O presente texto tem como foco analisar a *parresía* a partir da tragédia grega *As Fenícias*, de Eurípides, à luz das análises feitas por Foucault. Trata-se de problematizar o falar livremente, de modo direto e coeso – por meio de uma genealogia da política do conceito e sua relação com a prática de liberdade. Para tanto, tomaremos como leitura base a própria tragédia de Eurípides – *As Fenícias* – e textos e entrevistas de Foucault – *Governo de Si e dos Outros*, *O que é a Crítica* etc.

Nas aulas do curso *Governo de si e dos outros*, de 19 de janeiro de 1983 e 02 de fevereiro de 1983, Foucault coloca suas problematizações sobre a *parresía* a partir de três pontos, a saber: a aquisição do estatuto de cidadão, através da descoberta da linhagem materna (*Íon*); a adoção de uma postura honrada (*Hipólito*); e o veto imposto a todo e qualquer escravo de se manifestar (*As Fenícias*).

O filósofo francês faz uma análise sobre o *Íon* e o modo como ele procura adquirir o estatuto de cidadão por meio da investigação das origens de sua mãe, tendo como objetivo o viés político. Assim, *Íon* busca o falar francamente, que só é possível àquele indivíduo que é cidadão por meio da herança, e ele é o personagem “que não pertence a nenhum dos grandes conjuntos míticos da herança grega, que não tem lugar em nenhuma das práticas culturais conhecidas” (FOUCAULT, 2013, p. 72). Consiste na ideia de que “se um estrangeiro entra numa cidade em que a raça não tem mácula, ainda que a lei faça dele um cidadão, sua língua continuará sendo serva, e ele não tem o direito de dizer tudo” (FOUCAULT, 2013, p. 72). Aqui podemos observar uma aproximação entre *Íon* e Polinices, pois os dois perdem o direito de fala livre quando estão na situação de servo, o primeiro por não ter herança de cidadão da *pólis*, e o segundo por estar no exílio e, assim, na condição de escravo, não poder usar da *parresía*. Por isso, Foucault busca fazer uma aproximação entre *Íon* e *As Fenícias*, tomando como ponto central a *parresía*.

Em *As Fenícias*, é possível fazer uma análise da dinastia edipiana, a qual é edificada pelos filhos de Édipo, que, segundo Foucault (2013, p. 149), mostra-se a partir de dois modelos políticos, sendo a posição democrática representada por Polinices, e a tirânica, por Etéocles. Ocorre que, após a queda de Édipo, por não quererem ter o mesmo destino do pai na luta pela divisão da herança, seus filhos decidem fazer um acordo para governar Tebas de modo alternado. Assim, o governo começaria pelo filho mais velho, representado por Etéocles, que ficaria no cargo por um ano. No entanto, ao final do ano de governo, Etéocles se recusa a devolver o poder a seu irmão. Polinices, então, fazendo uso de seu direito, busca apoio com o exército dos argivos e vai ao encontro do irmão para derrubá-lo do poder. Segundo a tragédia, Jocasta – mãe de Etéocles e Polinices e esposa de Édipo –, a fim de evitar

o confronto, persuade os filhos a encontrarem uma trégua. E é nessa defesa da trégua que observamos o ápice da *parresía*, ou de sua busca, que consiste na fala de Polinices.

Jocasta, ao encontrar o filho Polinices, questiona-o sobre o exílio e sobre como ele se sentiu nesse período, o qual responde que foi “Pior que tudo”, pois não poderia desfrutar da *parresía*. Segue o diálogo:

JOCASTA: Isso acima de tudo eu anseio saber: como é a vida no exílio? Ela é muito miserável?

POLINICES: Muitíssimo, pior na realidade do que no relato.

JOCASTA: Pior de que modo? O que principalmente aflige o coração no exílio?

POLINICES: O pior é isso: o direito de falar livremente não existe.

JOCASTA: Isso é uma vida de escravo, ser proibido de falar o que se tem no espírito.

POLINICES: Tem-se que suportar a idiotice dos que governam.

JOCASTA: Participar tolamente em loucuras! Isso faz um doente.

POLINICES: Os que se deparam com isso pagam negando a natureza e sendo escravos. (FOUCAULT, 2013, p. 14).

O diálogo entre a mãe e o filho nos possibilita pensar a relação que existe entre a política e o estatuto de cidadão. Isso porque é possível observar que a *parresía* está ligada ao estatuto social na figura de Polinices, visto que, ao se encontrar no estado de exílio, não é considerado um cidadão e, assim como a personagem do Íon, não pode usar o franco falar, não podendo, dessa forma, exercer o poder de cidadão e governante, por exemplo. Nessas condições, percebemos que a situação de Polinices é semelhante à de um escravo, de modo que tanto o primeiro quanto o segundo não devem/podem se colocar contra um governante. E, segundo Foucault (2013, p. 150), “o homem que exerce o poder é sábio apenas na medida em que há alguém que pode usar a *parresía* para criticá-lo e, por isso, põe alguma limitação ao seu poder, ao seu comando”. Assim, percebemos o vínculo entre *parresía* e o estatuto do indivíduo, o qual se dá pelo Exílio *versus* fala franca: “quando se está em exílio não se tem *parresía*” (2013, p. 149).

Além da questão do exílio, temos a condição de loucura, que se dá no momento em que o indivíduo se enxerga sob o poder de outro e não pode usar de sua sabedoria: “ser loucos com os loucos” – não poder ser “sábio quando se está sob o poder dos que não são sábios” (FOUCAULT, 2013, p. 149). A *parresía* é aquilo que Polinices perde ao ir para o exílio, é aquilo de que fica privado ao não estar mais em sua terra natal e perder o vínculo com o território onde era reconhecido como cidadão, integrante da polis: “no exílio, não se tem o direito de falar, somos escravos dos senhores e não podemos nem mesmo nos opor à loucura deles” (FOUCAULT, 2013, p. 14). Grosso modo, exercer a

parresía só é possível a partir do momento em que o indivíduo tem um interlocutor a criticar para, então, ser sábio. A fala franca é, ao mesmo tempo, a fala justa, pois falar a verdade é prestar tributo de justiça àquilo que sentimos e pensamos de fato.

Por isso, a fala franca tem uma relação direta com os jogos de verdade, que observamos a partir da relação entre a prática de liberdade e o exercício do poder, visto que o poder nos coloca diante de discursos de verdades, que são produzidos no contexto de *assujeitament*, a partir da “obediência incondicional”, do “exame ininterrupto” e da “confissão exaustiva” (FOUCAULT, 2014, p. 129). Esse poder é exercido na forma de governo, ou seja, é a partir do poder que temos o governo das condutas, e é, também, nesse viés que existe a possibilidade de resistir a esse discurso verdadeiro, a esse governo que nos limita, que interdita e afirma como devemos ou não agir. Aqui passamos a um outro momento de nosso texto, pois buscaremos trazer a *parresía* para a contemporaneidade, para a ação do indivíduo que luta e resiste contra o exercício do poder, contra os discursos de verdade que o assujeitam e o delimitam.

Para pensar relações de poder e resistência, Foucault aponta exemplos de lutas que se organizam a partir da oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, dos adultos sobre as crianças, que não se desenvolvem nem pelo indivíduo e nem contra ele, mas que têm em comum a organização contra o governo pela individualização, pois essas lutas têm como função opor “uma resistência aos efeitos de poder que estão ligados ao saber, à competência e à qualificação. Elas lutam contra os privilégios do saber” (FOUCAULT, 2014, p. 122). De acordo com Foucault, essas lutas têm como mote a questão: “quem somos nós? Elas são uma rejeição dessas abstrações, uma rejeição da violência exercida pelo Estado econômico e ideológico, que ignora quem nós somos individualmente” (FOUCAULT, 2014, p. 123). Por isso, segundo Foucault (2015, p. 244), não há relações de poder sem resistências, visto que as resistências são:

Tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque é a compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto como ele, múltipla e integrável a estratégias globais (*DE IV*, p. 244).

Assim, podemos dizer que ser compatriota consiste num jogo, no jogo ao qual podemos acrescentar a prática de liberdade. E é nesse jogo que encontramos as lutas que têm como objetivo a crítica a uma técnica particular, a uma forma de poder que se exerce sobre a vida cotidiana imediata, “que classifica os indivíduos em categorias, designa-os por sua individualidade próprias... impõe-lhes uma lei de verdade que lhes é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles” (*DE IV*,

p. 244). Enfim, um discurso que dirá a verdade sobre o modo como o indivíduo se enxerga e como os outros o veem, transformando-o em sujeito, que o subjuga e o submete. Nessa conjuntura, pensamos no Polinices e em sua condição no exílio, de não poder usar a *parresía*, pois sua ação só é possível mediante a volta para a sua terra natal. E trazendo essa resistência aos discursos de verdade, por exemplo, podemos pensar a questão atual, vista nas “minorias”, de não serem ouvidas e nem poderem falar livremente. Isso por várias questões, a saber: o discurso que diga que “esse não é seu lugar”; uma sujeição que as impossibilite de reflexão crítica; um modo de individualização que as coloca numa condição de subalternidade.

Trata-se de problematizar o poder por múltiplas formas de sujeição que se exercem no interior do corpo social, colocando sempre em pauta a constituição do sujeito. Nessas condições, coadunamos com a afirmação foucaultiana em *O sujeito e o poder*, quando explica que a tese central de seu pensamento é a constituição do sujeito, isso porque cada época produz os próprios objetos a partir de camadas específicas de saberes e estratégias de poder que formam os sujeitos. Por certo, é na relação saber e poder que podemos entender a questão da constituição do sujeito como objeto com base em uma análise genealógica. A genealogia para Foucault é pensada como diagnóstico do presente, não apenas o “agora”, mas a partir do que chama de racionalidades modernas. Importante ressaltar que Foucault não toma o sujeito como soberano, pois o sujeito livre é constituído, modelado “a cada época pelo dispositivo e pelos discursos do momento, pelas reações de sua liberdade individual e por suas eventuais ‘estetizações’” (VEYNE, 2014, p. 178). Pensar o governo das condutas e a prática de liberdade em Foucault é entrar na seara das análises sobre a constituição do sujeito, pois, segundo o autor, em vez de problematizar uma possível teoria do sujeito, é mais viável procurar saber como se dá a constituição do sujeito. Dito de outro modo, seria investigar as formas de subjetivação através “das técnicas/tecnologia da relação consigo”, através da “pragmática de si” (FOUCAULT, 2013, p. 6).

Esse jogo de poder se desenvolve por meio de práticas e estratégias, as quais só são possíveis quando desenvolvidas por indivíduos livres. Por isso, defendemos a ideia de um jogo agonístico entre o poder e a liberdade. Sabemos que esse jogo é possível quando o indivíduo se dá conta de que existe a possibilidade de criar formas outras de subjetivações, que partam de ações criativas e que busquem desenvolver práticas de insubmissão refletida, ou seja, ações que partam da análise do modo como somos governados e como governamos a nós mesmos. Seria aquilo que Foucault afirma na entrevista *Sexo, poder e a política* (DE IX, p. 252), quando diz que devemos dar um passo à frente no que concerne a pensar a possibilidade de escolha da sexualidade e o desenvolvimento de uma força criadora e sua estabilização. Nas palavras de Foucault:

Creio que um dos fatores dessa estabilização será a criação de novas formas de vida, de relações, de amizades, na sociedade, na arte, na cultura, novas formas que se instaurarão através de nossas escolhas sexuais, éticas e políticas. Devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente como identidade, mas como força criadora. (*DE IX*, p. 252).

Nesse ínterim, é possível pensar a relação entre força criadora e atitude crítica ao colocarmos como viés de análise o modo de reflexão crítica de como somos/estamos sendo governados, bem como criamos nossas práticas. Trata-se de pensar formas de inovação a partir da sexualidade, das ações morais, das relações interpessoais e assim desenvolver maneiras de praticar a liberdade nesse jogo constante que nos coloca em posições flexíveis – pois a crítica consiste em “ver em que tipos de evidências, de familiaridades, de modos de pensamento adquiridos e não refletidos repousam as práticas que aceitamos” (*DE VI*, p. 356). Desse modo, praticar a liberdade, assim como pensar a identidade, não deve partir do princípio de uma lei ou regra universal, mas de práticas reflexivas que estão no âmbito do indivíduo, e que se desenvolvem por meio de situações estratégicas. Essas situações estratégicas possibilitam a mudança no patamar da luta mediante a modos de resistência. Isso ocorre porque as ações dos indivíduos acontecem dentro dos mecanismos do exercício do poder e porque, segundo Foucault (*DE VI*, p. 344), os indivíduos que se prendem a esses mecanismos estão envolvidos em relações de poder que possibilitam, em “sua resistência e rebeldia, escapar delas, transformá-las, não lhes serem submissos”. Por exemplo, Foucault afirma (*DE XI*, p. 256) que, no caso dos homossexuais e o governo, existe uma luta, um combate que não é simétrico, mas que possibilita a participação mútua nessa luta, uma vez que um leva vantagem sobre o outro “e o prolongamento dessa situação pode determinar a conduta a seguir, influenciar a conduta, ou a não conduta, do outro”. Por isso, os indivíduos não estão presos em uma armadilha, já que sempre há a possibilidade de mudar a situação. Diante disso, os indivíduos, nas mais variadas relações, só agem e recebem a ação porque são livres e são livres porque podem transformar as coisas. Enfim, “devemos começar por reinventar o futuro mergulhando em um presente mais criativo” (2015, p. 309), visto que “há mil coisas a fazer, a inventar, a forjar por aqueles que, reconhecendo as relações de poder em que estão implicados, decidiram resistir a elas e delas escapar” (*DE VI*, p. 344).

Para Foucault (p. 257), é a resistência que possibilita essa transformação, é ela que está acima das outras forças e possibilita o virar do jogo. Em outras palavras, é por meio dela que a prática de liberdade se efetiva. Trata-se de pensar uma prática que se dá a partir do jogo entre o poder e a liberdade, ou ainda entre a condução de condutas e a liberdade. Desse modo, o indivíduo livre é aquele que tem diante de si um campo de possibilidade em que diversas condutas, ações, transformações, subversões podem acontecer, sendo que aquele que pode falar livremente, pode erguer a voz, como

diz a bell hooks. Nesse jogo, é possível a condução de condutas como condição para a liberdade e vice-versa, havendo, portanto, uma relação agonística e cíclica que se movimenta, incita e luta constantemente.

E a transformação está lado a lado com a crítica, visto que não há uma vez para uma e depois para a outra, o que há é um trabalho permanente de crítica e transformação, a qual se dá quando começamos a pensar nas coisas de modo diferente, e a transformação torna-se “urgente, muito difícil e absolutamente possível” (*DE VI*, p. 357). Para Foucault (de vi, p. 357), a transformação profunda só é possível no espaço aberto de crítica permanente, em que há conflito, afrontamento, resistência e luta. Tudo se dá a partir do pensamento, o qual possibilita tornar visíveis os conflitos, as lutas, tendo como resultado uma nova relação de forças. Afirma Foucault:

Se não houve, na base, o trabalho do pensamento sobre si mesmo e se efetivamente os modos de pensamento, quer dizer, os modos de ação, não foram modificados, qualquer que seja o projeto de reforma, sabemos que vai ser fagocitado, digerido pelos modos de comportamentos e de instituições que serão sempre os mesmos (*DE VI*, 357).

Assim, podemos pensar a ação dos indivíduos e os modos de desenvolvimento da crítica a partir do pensamento, pois é necessário o trabalho do pensamento sobre si mesmo e sobre os outros para efetivar a transformação. Podemos pensar o processo criativo paralelo à transformação de nós mesmos. Segundo Foucault (*DE VI*, p. 292), a transformação de nós mesmos se dá pelo processo de dessubjetivação – que ele considera a partir dos pensamentos de Nietzsche, Blanchot e Bataille –, ou seja, a experiência que tem a função de “arrancar o sujeito de si mesmo”. Trata-se de fazer uma experiência do que somos a partir do diagnóstico do presente que nos possibilite uma saída transformada. A essa ação Foucault denomina de experiência-limite, e podemos questionar qual a relação entre essa experiência e prática de liberdade? E ainda, seria a experiência-limite a efetivação da prática de liberdade? O que seria a experiência?

Para Foucault (*DE VI*, p. 293), a experiência é uma ficção, é algo que o indivíduo pode fazer para si mesmo, que pode não existir, mas pode passar a existir. Essa experiência pode ser vivenciada de vários modos, seja a partir da escrita, quando o indivíduo (o próprio Foucault se coloca como exemplo) cria maneiras de transformação de si, seja através da ação consigo e com o outro; enfim, é uma relação que se desenvolve com a verdade. Nas palavras de Foucault: Uma experiência é alguma coisa que fazemos inteiramente sós, mas só podemos fazê-la na medida em que escapará à pura subjetividade, em que outros poderão, não digo retomá-la exatamente, mas, ao menos, cruzá-la e

atravessá-la de novo. (*DE VI*, p. 295). Desse modo, cabe o questionamento: a *parresía* seria uma atitude crítica? Uma prática de liberdade?

A *parresía* ou franco falar se constitui a partir de uma relação que poderá proporcionar consigo mesmo uma relação "autônoma, independente, plena e satisfatória" (FOUCAULT, 2014, p. 458). Segundo Foucault, o objetivo da *parresía* é “fazer com que, em um dado momento, aquele a quem se endereça a fala se encontre em uma situação tal que não necessite mais do discurso do outro” (FOUCAULT, 2014, p. 458). Ao pensarmos a atitude crítica a partir dessa análise, podemos dizer que seria criar uma ação irrefletida, que não tome tudo como uma única verdade ou não se deixe governar assim, desse jeito, pois é com a análise da *parresía* que se pode compreender o problema das relações entre governo de si e dos outros.

Voltando à relação entre o franco falar de Polínicos e uma possível *parresía* na atualidade, podemos dizer que é necessário, como afirma bell hooks²⁵, “erguer a voz”, ou seja, desenvolver em si mesmo a coragem da verdade, a coragem de resistir e de fala que nos coloca numa condição de resistência e luta, e isso por meio da prática de liberdade. Seria “uma expressão de nossa transição de objeto para o sujeito – a voz liberta” (HOOKS, 2019, p. 39); esse processo de encontrar a voz, de falar de modo direto, é um ato de resistência que, segundo Hooks (2019, 45), engaja em uma autotransformação e faz sair da posição de objeto para a de sujeito. Nas palavras de Hooks:

A luta para acabar com a dominação, a luta individual para se opor à colonização, deslocar-se de objeto para sujeito, expressa-se no esforço de estabelecer uma voz liberatória – aquela maneira de falar que não é mais determinada por sua posição como objeto, como ser oprimido, mas caracterizada pela oposição, pela resistência (HOOKS, 2019, p. 50).

Essa luta seria uma insubmissão refletida, como nos diz Foucault em *O que é a crítica*. Trata-se de entender que o indivíduo, ao erguer a voz, estará saindo da condição de Polínicos no exílio, por exemplo, bem como da condição de *assujeitament*, que nos coloca num local de obediência irrefletida e delimitação. A *parresía* é o confronto, é o incômodo que fazemos e causamos aos grupos que se encontram na condição de dominadores. É o praticar a liberdade dentro desse jogo agonístico, que ora nos possibilita resistir e assim guiar a situação, ora nos deixa na condição de dominados.

²⁵ Cf: HOOKS, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra/ bell hooks*; tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante. 2019. 384p.

Referências

- FOUCAULT, Michel. 2ª Conferência: *parrhesia* na tragédia de Eurípedes. **Prometeus**, on-line, 2013, v. 6, n. 13, p. 13-47, outubro, 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/prometeus/issue/view/157> Acesso: 02 jan. 2023.
- FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**: curso dado no Collège de France. Edição: Frédéric Gros. Trad. Marcio Alves Fonseca, Salma Tannus. 3. Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.
- FOUCAULT. **A Coragem da Verdade**: o governo de si e dos outros II. Curso no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT. Conversa com Michel Foucault. In: **Ditos e Escritos**: Repensar a política. Organização Manoel Barros da Motta. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013c. V. 6.
- FOUCAULT. **O Governo de Si e dos Outros**: curso no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013a.
- FOUCAULT. O sujeito e Poder. **Ditos e escritos IX**: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Organização de textos e seleção Manoel Barros da Motta. Trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014c. V. 9.
- FOUCAULT. **Ditos e Escritos**: Ética, sexualidade, política. Organização de Manoel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.
- HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante. 2019. 384p.
- VEYNE, Paul. *Foucault*: seu pensamento, sua pessoa. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.